



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS/TO, SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2024.

ANO XXXIV - EDIÇÃO Nº 3815



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

Sumário

Esta edição contém 06 Páginas

ATOS LEGISLATIVOS	2
ATAS DAS COMISSÕES.....	2
ATOS ADMINISTRATIVOS	4
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	4
DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	4

DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA
Diretoria de Documentação e Informação
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando
visualizada diretamente no portal
<https://www.al.to.leg.br/diario>

ATOS LEGISLATIVOS

Atas das Comissões

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Décima Oitava Reunião Extraordinária Em 28 de maio de 2024

Às dezessete horas e vinte minutos do dia vinte e oito do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, reuniu extraordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Jorge Frederico, Marcus Marcelo e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. O Senhor Presidente, Deputado Marcus Marcelo, secretariado pelo o Senhor Deputado Jorge Frederico, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Reunião anterior à apreciação, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem Distribuição de Matérias, e nem Devolução de Matérias, passou-se à Ordem do Dia, onde foi lido, deliberado e aprovado parecer do Projeto de Lei 625/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Exposição Agropecuária de Muricilândia-EXPOMURICI”, e encaminhada ao Plenário. Às dezessete horas e vinte e cinco minutos, não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou os Trabalhos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e o Senhor Secretário, e logo após publicada.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO 10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Vigésima Nona Reunião Extraordinária Em 08 de maio de 2024

Às quinze horas e cinquenta e um minutos, do dia oito do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta capital, com a presença dos Senhores Deputados Moisés Marinho, Gutierrez Torquato e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso e Jair Farias. O Senhor Presidente, Deputado Moisés Marinho, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Reuniões anteriores à apreciação, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Moisés Marinho avocou a relatoria das Medidas Provisórias 8/2024, que “altera a Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, para autorizar a implementação das evoluções funcionais a servidores públicos vinculados ao Poder Executivo Estadual, na forma que especifica;” e 10/2024, que “altera a Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder

Executivo Estadual, e adota outras providências”; os Projetos de Lei Complementar 1/2024, de autoria do Ministério Público, que “altera os Quadros 2 e 3 do Anexo Único da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que “institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 2/2024, de autoria da Defensoria Pública, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins”, os Projetos de Lei de autoria do Ministério Público 1/2024, que “altera os Anexos I e III, da Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências”; 2/2024, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 3/2024, que “dispõe sobre a revisão geral de remuneração dos Servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; o Projeto de Lei 1/2024, de autoria do Tribunal de Conta do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores efetivos, ativos, inativos e pensionistas, da Função de Confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Senhor Deputado Gutierrez Torquato, foi nomeado relator da Medida Provisória 7/2024, de autoria do Executivo, que “altera a Lei Estadual nº 1.522, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regime de Adiantamento nos Poderes do Estado, e adota outras providências”; dos Projetos de Lei de autoria do Executivo 4/2024, que “autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Palmas a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências” e 5/2024, que “autoriza o Poder Executivo Estadual a permutar o lote de terra para construção urbana que especifica, e adota outras providências; 535/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros no âmbito do Estado do Tocantins”; e 62/2023 de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a reserva de vagas às mulheres nos cargos de direção, chefia ou coordenação da Administração Pública Estadual”. O Senhor Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Projetos de Lei 1/2024 de autoria do Executivo, que “altera a Lei nº 2.007, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo nas faixas de domínio e nas áreas adjacentes das rodovias federais delegadas ao Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 547/2023 de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos cartórios com sede no Estado do Tocantins a disponibilizar certidões de óbito, nascimento e casamento com escrita braile”; 493/2023 de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a disponibilização de acesso gratuito à internet em estabelecimentos que oferecem cardápio na forma digital”; e de autoria da Mesa Diretora os Projetos de Lei 731/2024, que “altera a Lei nº 4.367, de 8 de janeiro de 2024, que “Fixa os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado, e adota outras providências”; 742/2024, que “dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e subsídios dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 743/2024, que “altera a Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e dá outras providências”. Não havendo Devolução de Matérias nem Ordem do Dia, às quinze horas e cinquenta e oito minutos, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se à presente Ata, que será assinada pelo Presidente e Secretário e logo após publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO,
DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**Ata da Trigésima Reunião Extraordinária
Em 08 de maio de 2024**

Às dezesseis horas e doze minutos, do dia oito do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Moisés Marinho, Gutierrez Torquato e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso e Jair Farias. O Senhor Presidente, Deputado Moisés Marinho, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Reunião anterior à apreciação, a qual foi transferida para a reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem Matérias a serem Distribuídas, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Moisés Marinho devolveu as Medidas Provisórias, de autoria do Executivo 8/2024, que “altera a Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, para autorizar a implementação das evoluções funcionais a servidores públicos vinculados ao Poder Executivo Estadual, na forma que especifica”; e 10/2024, que “altera a Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”; os Projetos de Lei Complementar 1/2024, de autoria do Ministério Público, que “altera os Quadros 2 e 3 do Anexo Único da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que “Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 2/2024, de autoria da Defensoria Pública, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins”; os Projetos de Lei de autoria do Ministério Público 1/2024, que “altera os Anexos I e III, da Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências”; 2/2024, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 3/2024, que “dispõe sobre a revisão geral de remuneração dos Servidores dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; o Projeto de Lei 1/2024, de autoria do Tribunal de Conta do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores efetivos, ativos, inativos e pensionistas, da Função de Confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Senhor Deputado Gutierrez Torquato, devolveu a Medida Provisória 7/2024, de autoria do Executivo, que “altera a Lei Estadual nº 1.522, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regime de Adiantamento nos Poderes do Estado, e adota outras providências”; dos Projetos de Lei de autoria do Executivo 4/2024, que “autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Palmas a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”; e 5/2024, que “autoriza o Poder Executivo Estadual a permutar o lote de

terra para construção urbana que especifica, e adota outras providências”. O Senhor Deputado Valdemar Júnior devolveu os Projetos de Lei 1/2024 de autoria do Executivo, que “altera a Lei nº 2.007, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo nas faixas de domínio e nas áreas adjacentes das rodovias federais delegadas ao Estado do Tocantins, e adota outras providências”, e de autoria da Mesa Diretora os Projetos de Lei 731/2024, que “altera a Lei nº 4.367, de 8 de janeiro de 2024, que “fixa os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado, e adota outras providências”; 742/2024, que “dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e subsídios dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 743/2024, que “altera a Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e dá outras providências”, que foram incluídas na Ordem do Dia por determinação do Senhor Presidente. Na Ordem do Dia, após a leitura e deliberação dos pareceres dos relatores, as Medidas Provisórias 07/2024, 08/2024 e 10/2024; os Projetos de Lei do Executivo 1/2024, 4//2024 e 5/2024; de autoria do Ministério Público 1/2024, 02/2024 e 3/2024; de autoria do Tribunal de Contas do Estado 1/2024; de autoria da Mesa Diretora 731/2024, 742/2024 e 743/2024; os Projetos de Lei Complementar 1/2024 de autoria do Ministério Público; e 2/2024 de autoria da Defensoria Pública, foram encaminhados ao Plenário. Às dezessete horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se á presente Ata, que será assinada pelo Presidente e Secretário e logo após publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO,
DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Primeira Reunião Extraordinária
Em 08 de maio de 2024**

Às dezessete horas e trinta e nove minutos, do dia oito do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta capital, com a presença dos Senhores Deputados Moisés Marinho, Gutierrez Torquato, Marcus Marcelo, Olyntho Neto e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso e Jair Farias. O Senhor Presidente, Deputado Moisés Marinho, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Reunião anterior à apreciação, a qual foi transferida para a reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Moisés Marinho avocou a relatoria do Projeto de Lei Complementar 1/2024, de autoria da Defensoria Pública, que “altera a Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins e dá outras providências”. Não havendo Devolução de Matérias nem Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, As dezessete horas e quarenta minutos e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se á presente Ata, que será assinada pelo Presidente e Secretário e logo após publicada.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO,
DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Segunda Reunião Extraordinária
Em 08 de maio de 2024**

Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, do dia oito do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta capital, com a presença dos Senhores Deputados Moisemar Marinho, Gutierrez Torquato, Marcus Marcelo, Olyntho Neto e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso e Jair Farias. O Senhor Presidente, Deputado Moisemar Marinho, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Reunião anterior à apreciação, as quais foram transferidas para a reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Moisemar Marinho devolveu o Projeto de Lei Complementar 1/2024, de autoria da Defensoria Pública, que “altera a Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que foi inserido na Ordem do Dia, por anuência do Senhor Presidente. Na Ordem do Dia, após a leitura e deliberação do parecer do relator do Projeto de Lei Complementar 1/2024, foi encaminhado ao Plenário. O Senhor Presidente, às dezessete horas e cinquenta minutos encerrou a reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelo Presidente e Secretário e logo após publicada.

ATOS ADMINISTRATIVOS

Decretos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 658/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos art. 26, inciso III, alínea “a”, e art. 57, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor a Comissão de Representação do Poder Legislativo do Estado do Tocantins para participar do Fórum Internacional “Oslo Tropical Forest Fórum”, a ser realizado na Noruega, e XI Fórum Jurídico de Lisboa - Governança Digital, os Deputados:

Claudia Lelis - PV, no período de 21/06/2024 a 03/07/2024;

Olyntho Neto - REPUBLICANOS, no período de 23/06/2024 a 03/07/2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de junho de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 659/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Valdivan Castanheira da Cunha, matrícula 66, do cargo em comissão Coordenador Financeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 20 de junho de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de junho de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 660/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Maria José Borges Viana do cargo em comissão de Ajudante Intermediário de Lideranças do Gabinete da Liderança do Bloco PSD/PL/PDT/PSB/PSC, a partir de 24 de junho de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de junho de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Demais Atos Administrativos

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA ALETO DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1440/2023 ATA Nº 34, DE 20 DE JUNHO DE 2024

Ata da trigésima quarta reunião da Comissão de Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, realizada de forma presencial e virtual, no dia 20 de junho de 2024, às 17:00h, no Gabinete da Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa. Participaram da reunião, de forma presencial o Senhor Presidente, Alcir Raineri Filho, o membro Regimarques Soares Camarço, a Advogada representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/TO, Dra. Tereza Ibiapina e de forma virtual o membro Antonio Lopes Braga Junior. O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, apresentando o resultado preliminar da prova discursiva para o cargo de Procurador Jurídico, do Edital nº 02/2023, do Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, sendo que em relação ao mesmo, deliberou-se a unanimidade pela publicação no Diário da Assembleia do dia 21 de junho de 2024. Para constar, lavrou-se a presente Ata que segue assinada.

Alcir Raineri Filho
Presidente

Antônio Lopes Braga Júnior
Membro

Regimarques Soares Camarço
Membro

Tereza Ibiapina
Representante da OAB



RESULTADO PRELIMINAR PROVA DISCURSIVA**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - ALETO**
EDITAL Nº 02/2023**PROCURADOR JURÍDICO**
PALMAS (TO)

Inscrição	Nome	Peça Jurídica	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Prova Discursiva	Situação
723001909	Beatriz Partika Euzébio	78	20	13,5	18,75	130,25	Aprovado
723001023	Guilherme Araújo Batista E Silva	87	20	12,5	20	139,5	Aprovado
723002672	Nicolas Negri Pereira	76	17	13,5	17,5	124	Aprovado
723001609	Sílvia Maria Baêta Oliveira	61	13	12	18,75	104,75	Aprovado

*Os candidatos considerados reprovados nesta etapa deverão verificar seu desempenho por meio do link individual de consulta disponibilizado no endereço eletrônico da FGV Conhecimento.

Página 1 de 1

MÊS DO ORGULHO LGBT



Pelo direito de
ser, amar
e viver

